

NOSTRA AETATE – BUSSULA PERMANENTE
DO DIÁLOGO CATOLICO-JUDAICO
CARDEAL KURT KOCH

Acolho e agradeço calorosamente o convite para a celebração do quinquagésimo aniversário da promulgação da Declaração *Nostra Aetate*, do Concílio Vaticano II.

Estou feliz por estar com os senhores e senhoras celebrando esse lindo dia, que se faz memória da promulgação desta importante Declaração.

Este é um grande motivo para comemoração.

A Declaração *Nostra Aetate* marca uma importante mudança de orientação no relacionamento entre católicos e judeus. Ela foi promulgada no final do Concílio Vaticano II, em 28 de novembro de 1965, com uma votação quase unânime, ou seja com 2221 votos favoráveis, 88 votos contrários e 3 votos nulos. E foi promulgada pelo Bem aventurado Paulo VI.

Numa retrospectiva, podemos afirmar com gratidão que as perspectivas de fé e instruções práticas contidas na Declaração *Nostra Aetate* têm sido confirmadas e aprofundadas pelos papas pós Concílio em muitos aspectos.

Os senhores são os verdadeiros protagonistas do diálogo católico-judaico.

A Declaração *Nostra Aetate* não perdeu em atualidade, mesmo depois de cinquenta anos, mas serve ainda hoje e no futuro como uma útil bússola na reconciliação entre cristãos e judeus.

Portanto, vale a pena uma conscientização sobre as principais perspectivas, que o Concílio nos deu.

1. Condenação teológica do anti-semitismo

É impossível ser, ao mesmo tempo, cristão e anti-semita.

Esta mensagem, clara e inconfundível, a qual está sendo reafirmada justamente pelo Papa Francisco num momento em que novamente surgem ondas de anti-semitismo, resume na essência o que o Concílio Vaticano II expressa no quarto parágrafo da Declaração *Nostra Aetate* referindo – se às religiões não-cristãs.

Neste documento, a Igreja “lamenta os ódios, as perseguições, as manifestações anti-semitas, em qualquer tempo e por qualquer pessoa dirigidas contra os Judeus”.

Nesta confissão se torna visível que um dos principais motivos que levou à elaboração da Declaração *Nostra Aetate* se encontra no processo histórico da assimilação da Shoah, planejada pelos nazistas, semelhante a um processo industrial, como genocídio dos judeus europeus.

Na *Shoah* encontramos o ponto mais baixo e terrível daquele anti-semitismo primitivo e racista, desenvolvido no século XIX depois de Cristo, e que se tornou uma realidade cruel com a ideologia nazista, a qual foi algo sem Deus, anti-judaico, anti-cristão e neopagão.

A Declaração do Concílio não se apresenta isoladamente, mas foi preparada por outros acontecimentos, principalmente pela *Emergency Conference of Antisemitism*, que teve lugar em agosto de 1947 em Seeligsberg, na Suíça, onde cerca de 65 pessoas, judeus e cristãos de diferentes denominações, se reuniram para erradicar o fenômeno do anti-semitismo pela raiz.

As perspectivas conhecidas como os “10 pontos de Seeligsberg” para um novo encontro entre judeus e cristãos entraram na Declaração do Concílio.

2. O estudo do anti-judaísmo cristão

Nesta Declaração, as manifestações de ódio, perseguições e anti-semitismo não foram descartadas por razões políticas, mas por amor ao Evangelho. Portanto, foram declaradas pecado contra Deus e contra a humanidade.

Neste horizonte claramente religioso, também precisaria surgir a seguinte questão: por que a resistência dos cristãos ao anti-semitismo nazista não alcançou aquela abrangência e clareza, que, em princípio, poderia se esperar?

A Igreja, em sua própria história, se vê aqui confrontada com uma grande dívida ou hipoteca. Ela quer superar esta dívida enquanto põe numa luz positiva o que, no passado, foi avaliado apenas negativamente. Mesmo que grande parte dos Judeus não tenha aceitado o Evangelho de Jesus Cristo, eles são "amados por Deus por causa de seus pais". Mesmo que as autoridades Judaicas, naquele momento, tenham insistido na morte de Cristo, não se pode acusar todos os Judeus daquele tempo, sem perceber a diferença que há entre os Judeus daquela época e os Judeus de hoje em dia. Mesmo que a Igreja se compreenda como o novo Povo de Deus, não se pode, como cristão, apresentar os Judeus como descartados e amaldiçoados por Deus.

Por detrás dessas afirmações percebe-se claramente o esforço do Concílio de esclarecer, de forma crítica e construtiva, a história da relação entre Cristianismo e Judaísmo. Era preciso acolher o fato de que esta história se apresenta de forma complexa, sendo que ela se move, desde o início, entre proximidade e distância, fraternidade e estranheza, amor e ódio. Pois, por um lado, não se entende Jesus sem Israel, a comunidade cristã primitiva participava, obviamente, da liturgia judaica no Templo. E foi Paulo quem, durante suas diversas viagens missionárias, entrou primeiramente nas sinagogas, antes de se dirigir, com o anúncio do Evangelho aos gentios. Por outro lado, após a Guerra Judaica e a destruição do Templo de Jerusalém no ano 70 d.C, o judaísmo rabínico pós-bíblico se constituiu largamente a partir do distanciamento do cristianismo, o qual estava se espalhando. Em sua reação a este processo, também o cristianismo procurou por sua identidade distanciando-se do judaísmo.

Aqui se evidencia que a relação entre cristãos e judeus, desde muito cedo na história, ficou marcada pelos conflitos, sendo que estes, dentro da Igreja cristã, deram origem ao

anti-judaísmo, prejudicando as relações judaico-cristãs enormemente, sobretudo com as suas afirmações sobre os Judeus como assassinos de Deus e a respeito do judaísmo como uma religião ultrapassada depois da vinda de Jesus Cristo. Este anti-judaísmo teológico-cristão, operante durante séculos, certamente não foi a causa, mas um pressuposto em vista de uma mentalidade que foi marcada pela falta de resistência dos cristãos ao anti-semitismo neo-pagão.

3. Retorno à consciência de se ter uma herança espiritual comum

O Concílio visa superar as culpas num horizonte teológico. Ou, de acordo com a Declaração *Nostra Aetate*: "consciente da herança que ela, ou seja, a Igreja tem em comum com os judeus". Somente assim, se torna visível a verdadeira direção do sentido da Declaração *Nostra Aetate*. Também aparece o reinício fundamental nas relações entre cristãos e judeus, que o Concílio possibilitou. A grande importância da Declaração *Nostra Aetate* consiste na circunstância de que, pela primeira vez na história, um Concílio Ecumênico se pronunciou, de forma tão explícita e positiva, a respeito da relação com os judeus e/ou o judaísmo.

O Concílio não tem tratado apenas questões meramente práticas ou pragmáticas, mas colocou a pergunta das relações judaico-cristãs num horizonte teológico e em sólidos fundamentos bíblicos. Ou, para dizê-lo com as palavras do Cardeal alemão jesuíta Augustin Bea, o qual teve a responsabilidade principal na preparação da *Nostra Aetate*: "A Declaração do Concílio devia levar estas verdades sobre os judeus, que foram estabelecidas pelo Apóstolo e que fazem parte do depósito da fé, novamente à consciência dos que crêem em Cristo".^[2]

Para revitalizar a visão bíblica e, sobretudo, a visão paulina no que se refere à relação entre judeus e cristãos, a Declaração conciliar não destaca apenas as raízes judaicas da fé cristã, mas confirma também, de forma positiva, a "herança espiritual comum" que judeus e cristãos têm em comum.

No que diz respeito às raízes judaicas da fé cristã, a Declaração *Nostra Aetate* se refere explicitamente à imagem paulina da "boa oliveira, na qual os gentios foram enxertados como brotos de uma oliveira silvestre", a fim de lembrar que a Igreja recebeu a revelação do Antigo Testamento do povo com o qual Deus tinha realizado a antiga aliança.

Esta impressionante imagem, que Paulo usa em Romanos 11, representa para ele a chave decisiva para contemplar a relação entre Israel e a Igreja de Jesus Cristo à luz da fé. Com esta imagem, Paulo, expressa um aspecto duplo em vista da unidade e diferença entre Israel e a Igreja. Por um lado, a imagem precisa ser levada a sério no sentido de que os ramos selvagens enxertados não nasceram das raízes daquela árvore. Não são descendentes dela, mas representam um novo agir salvífico de Deus. Quer dizer, a Igreja Cristã não pode ser entendida simplesmente como um ramo ou um fruto de Israel. Por outro lado, a imagem também precisa ser levada a sério no sentido de que a Igreja somente vive enquanto busca seu alimento e sua força da raiz de Israel. Os ramos enxertados, pois, murchariam e morreriam, caso fossem cortados da raiz de Israel. Abandonando a imagem, isso significa que Israel e Igreja estão interrelacionadas e interdependentes, justamente, porque existem entre os dois não apenas a unidade, mas também a diferença.

Israel e Igreja são e permanecem não misturados e inseparáveis, sobretudo por causa da herança espiritual que eles têm em comum. Por causa de Israel ser o povo amado por Deus e da aliança dele, a qual nunca foi revogada ou cancelada, o livro da aliança de Israel, o Antigo Testamento, faz parte do legado permanente da Igreja Cristã. E, justamente a partir da existência do Antigo Testamento como uma parte substancial da Bíblia Cristã, existem profunda afinidade e relação familiar entre judaísmo e cristianismo. Mais ainda: a raiz do cristianismo se encontra no Antigo Testamento, e o cristianismo se nutre constantemente das raízes veterotestamentárias.

Com a existência do Novo Testamento, por sua vez, logo surgiu a questão sobre como os dois Testamentos se relacionam entre si. Com isso, se defendeu, no decorrer da história, a perigosa compreensão de que o Novo Testamento tivesse ultrapassado o Antigo Testamento e transformado este último em algo ‘velho’ que, no brilho do ‘novo’ passou, assim como, se ao nascer do sol, não se precisasse mais da luz da lua. Tal oposição brusca entre a Bíblia Hebraica e a Bíblia Cristã foi defendida, no século II depois de Cristo, por Marcião. Felizmente, esta doutrina nunca se transformou em doutrina oficial da Igreja Cristã. Ao ter afastado Marcião da comunidade cristã, em 144 depois de Cristo, a Igreja rejeitou a proposta de uma Bíblia meramente cristã e purificada de todos os elementos veterotestamentários e confessou a sua fé em Deus uno e único, que originou os dois Testamentos, insistindo na união dos dois Testamentos. A importância desta decisão anti-marcônica da Igreja primitiva, no que se refere à relação entre a Igreja e o Judaísmo, não pode ser supervalorizada. Pelo contrário, também hoje, ela precisa ser confirmada onde, na teologia cristã, o antigo marcionismo ganha nova presença, não apenas no ambiente do tradicionalismo, mas também no lado liberal do cristianismo atual, em especial onde o conflito entre Jesus e o então judaísmo é visto como fundamentado na Torá, imaginando-se que Jesus teria libertado o povo de uma observância servil e de meras formalidades.

4. Relação única entre judeus e cristãos na História da Salvação

Apenas quando há consciência da herança espiritual em comum, é possível enxergar a razão mais profunda para a nova compreensão das relações católico-judaicas, a qual já aparece na primeira frase do quarto parágrafo da Declaração *Nostra Aetate*: "Ao contemplar o mistério da Igreja, o Santo Sínodo se lembra do laço, pelo qual o povo da Nova Aliança se encontra espiritualmente ligado à descendência de Abraão". A importância desta fundamentação histórico-salvífica para o Concílio se descobre, quando se observa que ela foi incorporada também em outros textos importantes do Concílio. Especialmente, a Constituição dogmática *Lumen Gentium*, sobre a Igreja, nos parágrafos 9 e 16, mostra como a Igreja cristã nasce de Israel, povo de Deus, destacando a eleição permanente deste último. A Constituição dogmática *Dei Verbum*, sobre a revelação divina, contém a mesma convicção nos parágrafos 14 a 16, contudo numa perspectiva da Teologia da Revelação. Entende-se assim que tais paralelismos em outros documentos importantes do Concílio conferem à Declaração *Nostra Aetate* uma autoridade ainda maior.

Com este fundamento histórico-salvífico, a Declaração *Nostra Aetate* expressa que a Igreja possui com o Judaísmo um relacionamento único e exclusivo como com nenhuma outra religião.

Mesmo que o quarto parágrafo sobre judaísmo esteja integrado na Declaração sobre a relação da Igreja com as religiões não-cristãs, o Judaísmo não representa apenas uma das muitas religiões não-cristãs. E a relação entre cristianismo e judaísmo não pode ser nivelada a uma variante específica do diálogo interreligioso, no qual seu caráter distinto não fosse mais valorizado. Este, pois, consiste justamente na circunstância de que não se pode compreender a Igreja sem referência ao judaísmo, de acordo com o que o santo João Paulo II pronunciou por ocasião de sua visita, em 1986, à Sinagoga de Roma, com as impressionantes e impactantes palavras: "Para nós, a religião judaica não é algo 'externo', mas pertence, em certo sentido, ao 'interno' de nossa religião. Com ela temos relações como com nenhuma outra religião. Vós sois nossos irmãos prediletos, ou como se pode dizer, nossos irmãos mais velhos." ^[3]

A relação de Israel com o Povo da Aliança faz parte da identidade e autocompreensão da Igreja, há de se entender automaticamente que ela se interessa, de forma especial, pela interpretação do Antigo Testamento, a qual, após a destruição do Segundo Templo no ano 70 depois de Cristo recebeu uma nova configuração, pois tinha que enfrentar o desafio de interpretar o Antigo Testamento em uma época sem Templo. Como a interpretação rabinica e talmudica nasceu no mesmo período do que a exegese cristológica pelos cristãos surge à pergunta sobre como estas duas maneiras de ler o Antigo Testamento após o ano 70 se relacionam.

O Papa Bento XVI respondeu esta questão fundamental para a relação judaico-cristã em seu livro sobre Jesus de Nazaré, com as seguintes explicações: "Após séculos de oposição, acolhemos a tarefa de que estes dois modos de uma nova leitura dos escritos bíblicos - a cristã e a judaica - devem dialogar uma com a outra, para compreender corretamente a vontade e a palavra de Deus" ^[4] Com isso, o Papa Bento acolheu um resultado que a Pontifícia Comissão Bíblica, em 2001, formulou em seu documento *O povo judeu e suas Sagradas Escrituras na Bíblia Cristã* na direção de que "os cristãos podem e devem admitir que a leitura judaica da Bíblia representa uma possível leitura, a qual surge organicamente das Sagradas Escrituras judaicas no período do Segundo Templo", justamente em "analogia à leitura cristã, que se desenvolveu paralelamente," a fim de chegar à seguinte conclusão: "Cada uma destas duas leituras permanece fiel a sua respectiva visão de fé, sendo ela fruto e expressão dela. Assim sendo, uma não pode ser reintegrada à outra".

5. Serviço mútuo à fé do outro

Cristãos e judeus podem aprender também uns dos outros onde mais profundamente se distinguem. Sem dúvida, a diferença mais elementar entre o judaísmo e o cristianismo se refere à questão da salvação do mundo e no mundo. Por um lado, a crítica judaica de fundo em relação à confissão cristológica e ao cristianismo em geral insiste na circunstância de que o mundo continua sem reconciliação e de que o Reino de Deus ainda não chegou em nosso mundo. Justamente onde o judaísmo se mantém fiel a sua vocação divina, ele é um espinho na carne do cristianismo, por lembrar a experiência da ainda não-salvação do mundo, como salientou Franz Rosenzweig: "A presença dos judeus, por todo tempo, obriga o cristianismo à reflexão de que ele não chega ao destino ou à verdade, mas sempre está a caminho". [5]

Schalom Ben-Chorin verbalizou o mesmo espinho com as seguintes palavras: “O judeu conhece profundamente a não-salvação do mundo; e ele não reconhece, em meio a esta não-salvação, enclaves de salvação”.^[6] Na mesma direção, Martin Buber destacou a diferença permanente ao cristianismo da seguinte forma: "A Igreja se firma na fé de que Cristo já chegou como salvação oferecida por Deus à humanidade. Nós israelenses, não conseguimos acreditar nisso."^[7]

Com isso, é destacado o específico do cristianismo, o qual, baseando-se no evento de Cristo, é convencido de que, em meio a um mundo ainda não reconciliado e não-salvo, o amor de Deus já está presente, na pessoa de Jesus Cristo. Pois o específico do cristianismo consiste na fé posta na reconciliação, e isso num mundo ainda não reconciliado em Cristo e na presença de seu espírito. Quando o cristianismo, em fidelidade a sua missão divina, afirma a presença do reconciliador amor divino em meio a um mundo que sofre, geme e continua não reconciliado, reconhecendo, na cruz de Jesus, o dia permanente da conciliação divina, o próprio cristianismo é um espinho na carne do cristianismo.

Se judaísmo e cristianismo ficarem fiéis as suas respectivas convicções de fé e se respeitarem mutuamente nisso, sendo que assim se desafiam, eles podem prestar este serviço à fé do outro. Nesta ajuda mútua de serviço à fé, cristianismo e judaísmo, Igreja e Sinagoga permanecem indissolúvelmente ligadas um ao outro, justamente por cristãos e judeus viverem da mesma herança espiritual, a qual a Declaração *Nostra Aetate* trouxe à memória.

Que a celebração comemorativa e festiva no dia de hoje possa fortalecer nossa esperança de que a Declaração *Nostra Aetate*, do Concílio Vaticano II, continue a nos mostrar o caminho, para que cristãos e judeus se acolham, reciprocamente, numa profunda e interior reconciliação, a fim de que, neste mundo, se tornem um sinal e instrumento de reconciliação e sejam aquela bênção que foi prometida a Abraão, o pai de Israel e o pai da fé dos cristãos.

Comp: Jüdisch-christlich-Brasilien 2015(2)

[1] Relatio na culturale Manifestazione por commemorare il 50° della Nostra aetate nel Teatro dell' Università Cattolica em Sao Paolo il 2 de setembro de 2015

[2] Relatio por Augustin Cardeal Bea "Atitude dos católicos para os não - cristãos e principalmente para os judeus", realizada no auditório do Conselho em 19 de novembro de 1963, em: r. Cardeal Bea, a Igreja e o povo judeu (Freiburg i. br. 1966) 141-147, citado a partir 144.

[3] Giovanni Paolo II, Ringraziamo il Signore la ritrovata fratellanza e por la profonda intesa tra la Chiesa e l' Ebraismo. Allocuzione nella Sinagoga durante l' incontro con la Comunità Ebraica della Città di Roma, il 13 abril de 1986, em: Insegnamenti di Giovanni Paolo II IX, 1 1986 (Città del Vaticano 1986) 1024-1031, cit. 1027

- ^[4]J. Ratzinger / Bento XVI, Jesus de Nazaré. Segunda parte: após a entrada em Jerusalém, para a Ressurreição (Freiburg i. br. 2011) 49.
- ^[5]F. Rosenzweig, a estrela da salvação III, 197.
- ^[6]. Ben-Chorin, a resposta de Jonas. Para a transmutação de Israel (Hamburgo 1956) 99.